

AS COTAS UNIVERSITÁRIAS E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CURSO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

THE QUOTAS AND THE PRACTICE TEACHING AT MEDICAL COURSE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SERGIPE

Andrea Hermínia A. Oliveira¹

Paulo S. C. Neves²

Resumo

A discussão da igualdade de oportunidades educacionais bem como da democratização do acesso à universidade, enquanto locus privilegiado de produção e veiculação de saberes na sociedade, traz em seu bojo o debate sobre a implementação de políticas públicas e ações afirmativas capazes de reparar desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais entre os cidadãos. Por meio desta pesquisa, procura-se discutir a implementação de ações afirmativas, mais especificamente, o sistema de cotas, e sua relação com a prática pedagógica na Universidade Federal de Sergipe (UFS), analisando as percepções de professores e alunos do curso de Medicina, acerca do processo de introdução das cotas na UFS. Para tanto, foram realizadas 33 entrevistas e aplicados 62 questionários, totalizando uma amostra de 95 pesquisados. A originalidade desta pesquisa está em relacionar prática pedagógica e ações afirmativas enquanto duas categorias-chaves, buscando compreendê-las mutuamente.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Cotas universitárias. Prática Pedagógica. Ensino Superior.

Abstract

The discussion of equal educational opportunities as well as the democratization of access to university as a privileged locus production and transmission of knowledge in society, brings with it the debate on the implementation of public policies and affirmative action capable of repairing socioeconomic inequalities, ethnic Interracial among citizens. Through this survey, we will discuss the implementation of affirmative action, more specifically, the quota system, and its relationship to pedagogical practice in the Federal University of Sergipe (UFS), analyzing the perceptions of teachers and students of Medicine, about the process of introducing quotas on UFS. To this end, we conducted 33 interviews and applied 62 questionnaires, a total sample of 95 respondents. The originality of this research is to relate pedagogical practice and affirmative action while two key categories, seeking to understand them mutually.

Keywords: Affirmative action. Quotas in University. Pedagogical Practice. Higher Education.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe e Coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade São Luís de França.

² Doutor em Sociologia e Ciências Sociais pela Université Lumière Lyon2, Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Educação da Universidade Federal de Sergipe e pesquisador de produtividade do CNPQ.

INTRODUÇÃO

A discussão da igualdade de oportunidades educacionais bem como da democratização do acesso à universidade, locus privilegiado de produção e veiculação de saberes na sociedade, incitou no país um debate sobre a implementação de políticas públicas e ações afirmativas capazes de reparar desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais entre os cidadãos. Esse debate origina-se inicialmente da implementação de cotas para pobres e afrodescendentes nas universidades estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia, no início dos anos 2000 e, com a adoção de medidas semelhantes pela maioria das universidades federais ao longo da década, desemboca no posicionamento favorável à constitucionalidade das cotas pelo Supremo Tribunal Federal em maio de 2012 e à aprovação da chamada lei de cotas em setembro de 2012³.

Neste texto, analisaremos a implementação do sistema de cotas na Universidade Federal de Sergipe (UFS), com ênfase especial nos desdobramentos nas possíveis mudanças nas práticas pedagógicas no curso de medicina, o de maior concorrência da universidade. Uma análise como essa não pode prescindir de uma discussão sobre a diversidade étnico-racial e social, hoje cada vez mais presente nas universidades públicas brasileiras, debruçando-se sobre as questões postas por essa diversidade e o modo como elas interferem na prática pedagógica desenrolada na instituição.

Portanto, a principal contribuição deste estudo está em mapear os possíveis desafios lançados por esse processo, o que interessa não somente à produção científica como também às políticas de formulação de propostas pedagógicas significativas, articuladas a políticas públicas de qualidade. Compreender a discussão nessa perspectiva implica investigar a qualidade do ensino ofertado e as condições de permanência dos estudantes ingressos pelo sistema de cotas na universidade.

Numa perspectiva de democratização da educação, torna-se necessário estender esse debate aos docentes e pesquisadores de todas as áreas de concentração da universidade, para que estes possam incorporá-lo aos seus processos de trabalho de forma orgânica, potencializando os efeitos positivos de sua prática pedagógica no

³ Essa lei estipula que metade das vagas das universidades e dos institutos tecnológicos federais serão reservadas para alunos que estudaram em escolas públicas, obedecendo à mesma proporcionalidade da composição racial da população do estado da federação em que se encontra as unidades de ensino, de acordo com os dados publicados pelo IBGE. Além disso, metade dessas vagas reservadas (25 % do total) deve ser preenchida por candidatas com renda média familiar inferior a 1,5 salário mínimo per capita.

enfrentamento dos complexos desafios do atual cenário sociocultural e econômico, em que vivemos.

Desta forma, procuraremos analisar a influência da implementação de ações afirmativas, mais especificamente, o sistema de cotas, sobre a prática pedagógica no curso de Medicina da UFS, buscando verificar possíveis dificuldades e mudanças advindas a partir desse processo, além de analisar as percepções dos pesquisados, acerca do processo de introdução das cotas na UFS.

1. PRÁTICA PEDAGÓGICA EM UM CONTEXTO DE AÇÕES AFIRMATIVAS: ALGUNS DILEMAS

A originalidade desta pesquisa, pois, está em relacionar duas categorias-chaves no debate público, buscando compreendê-las mutuamente: prática pedagógica e ações afirmativas.

Prática pedagógica é aqui entendida como mediação/produção de sentidos pelos docentes, no exercício de seu ofício primordial: ensinar. Cunha (2001) situa o ensino como espaço de formação, viabilizado pelo trabalho docente:

O trabalho docente acontece num espaço de cultura entendida como habilidades, dados, teorias, normas, instituições, valores e ideologias, que passam a ser conteúdo da aprendizagem e para o qual todos contribuímos, quer sejamos teóricos, práticos, especialistas, leigos, etc. Aí está a história das informações, os constructos que nos levam a pensar de determinada forma, os sistemas teóricos, as orientações de valor, os conceitos e os preconceitos e tantas outras dimensões que, mesmo que não as reconheçamos como importantes, permeiam o trabalho educativo. É nesse sentido que o ensino é um significativo espaço de formação. (CUNHA, 2001, p. 85).

De acordo com Gomes (2004, p. 27), as ações afirmativas podem ser definidas como um

[...] conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

Na análise deste autor, os principais objetivos das ações afirmativas consistem em operar uma transformação no comportamento e na mentalidade coletiva; contribuir para a concretização da igualdade de oportunidades; subtrair do imaginário coletivo a ideia de supremacia de uma raça em relação à outra, do homem em relação à mulher;

coibir a discriminação do presente, mas, sobretudo, eliminar os efeitos persistentes da discriminação do passado.

Para ele, as ações afirmativas possibilitam, ainda: promover a diversidade e uma maior representatividade de grupos minoritários nos mais diversos domínios de atividade pública e privada; eliminar as barreiras artificiais e invisíveis que emperram o avanço de negros e mulheres; zelar pelo desenvolvimento econômico do país; criar personalidades emblemáticas, exemplos vivos de mobilidade social ascendente; além de incentivar a educação e o aprimoramento de jovens integrantes de grupos minoritários.

Na visão de Silva (2003), as ações afirmativas e as cotas devem vir acompanhadas de outras medidas universalistas de cunho social, como: melhoria do ensino público, políticas de redistribuição de renda, aumento salarial, reforma tributária, reforma agrária, dentre outras.

Desse modo, a reserva de vagas para grupos específicos de estudantes, a exemplo do sistema de cotas universitárias, é apenas uma modalidade de ação afirmativa, dentre tantas outras. Embora o uso do termo cotas no meio acadêmico não seja consensual, optamos por mantê-lo no tema desta pesquisa para fazer alusão especificamente a esta modalidade de ação afirmativa e não a outras modalidades, que não traduzem o caso peculiar da UFS.

1.1 Caminhos da Pesquisa

Nosso campo empírico de estudo limitou-se a duas unidades de funcionamento da Universidade Federal de Sergipe (UFS): o Campus Universitário “José Aloísio Campos”, situado no município de São Cristóvão, e o Campus Saúde, no Hospital Universitário, situado no município de Aracaju. O estudo foi desenvolvido com a utilização de uma amostragem não probabilística, intencional, tomando-se como população alvo os professores e alunos do curso de Medicina desta instituição.

A escolha deste curso se deu pelo fato de ter sido o mais concorrido em toda a universidade, no processo seletivo de 2010, ano da introdução do vestibular cotizado, com uma concorrência de 23,29 na relação candidatos/vagas nesse ano. Por isso, foi alvo de questionamentos constantes e demandas judiciais por parte dos alunos excedentes que obtiveram pontuação maior de que os cotistas e, portanto, reivindicavam

o direito às vagas por eles ocupadas. É também um curso de reconhecido prestígio social, isto é, disputado pelos estudantes das melhores escolas particulares do Estado de Sergipe, integrantes das classes mais ricas e em sua maioria brancos, enquanto os estudantes das escolas públicas e os negros, antes da implantação das cotas, praticamente não conseguiam ingressar.

Objetivamos pesquisar alunos da primeira turma que ingressou pelo sistema de cotas no 1º vestibular cotizado, para o curso de Medicina, em 2010-1, o que correspondeu ao 5º período curricular em 2012-1, semestre em que foi realizada a coleta dos dados. Nesse sentido, procuramos priorizar os professores que em 2012-1⁴ estavam ministrando aulas em disciplinas ofertadas do 1º ao 5º período, isto é, em turmas que já haviam recebido cotistas, mas foram entrevistados outros profissionais, que ministravam aulas no final do curso também, fazendo um contraponto entre as ideias de ambos os grupos: os que haviam ministrado e os que ainda não ministraram aulas para cotistas.

Conforme dados obtidos no período da coleta, no primeiro semestre do ano de 2012, o curso de Medicina da UFS possuía 520 alunos matriculados e 88 docentes no quadro ativo permanente⁵. A pesquisa contou com um total de 95 pesquisados: 68 alunos, 26 professores e um gestor. No total, foram realizadas 34 entrevistas, com: 26 professores, 1 gestor e 7 alunos. À exceção dos docentes e discentes, a função do gestor entrevistado, à época, não se restringia ao curso de Medicina, mas abrangia a política de graduação na Universidade como um todo.

Na pesquisa em profundidade foram realizadas entrevistas semiestruturadas, apenas com os docentes e discentes que se dispuseram a participar da pesquisa. Considerando todos os dados colhidos, alcançamos um total de 95 pesquisados, distribuídos por instrumento de coleta, da seguinte forma: 33 entrevistas (25 docentes, 7 discentes e 1 gestor); 6 questionários preenchidos e enviados por e-mail (1 docente e 5 discentes); 56 questionários preenchidos por alunos, presencialmente.

Através deste caminho, procuramos pensar em que medida as cotas levam professores e alunos a reorganizar suas perspectivas de atuação/formação profissional,

⁴ Embora a coleta tenha acontecido no período de 19/10/2012 a 06/12/2012, o período letivo em vigor era 2012-1, cujas aulas foram retomadas em 25/09/2012, após o retorno da greve de professores, que durou cerca de 120 dias.

⁵ Dados disponíveis para consulta no *site* institucional, no endereço eletrônico: www.ufs.br.

investigando até que ponto a maior diversidade social dos alunos modifica os modos como os docentes planejam, operacionalizam e avaliam a sua prática pedagógica.

1.2 O Debate Sobre Cotas Universitárias

Belisário (2011) justifica a relevância do debate sobre a reserva de vagas nas universidades, pontuando alguns dos seus aspectos mais polêmicos: a exigência de caracterização de um “estado de carência”, como condição básica para que os candidatos possam concorrer como “cotistas”; a identificação de etnias no processo de inscrição nos vestibulares, diante da inexistência de critérios objetivos e inequívocos para sua caracterização; a necessidade de garantir permanência e formação de qualidade para estes estudantes.

Podemos afirmar que a questão da Reserva de Vagas nas Universidades Públicas está longe de ter uma conclusão, merecendo estudos mais aprofundados, com base não apenas em digressões intelectuais ou apaixonadas sobre o tema, mas principalmente em análise das consequências da implantação do ‘Sistema de Cotas’ nas Universidades públicas brasileiras que já o adotaram. (BELISÁRIO, 2011, p.1).

Por outro lado, Neves e Lima (2010) discutem a significação de justiça e situam as políticas de ações afirmativas para grupos minoritários na arena dos debates sobre justiça e igualdade social.

Um dos eixos mais inovadores das políticas públicas brasileiras dos últimos anos tem sido a adoção de políticas afirmativas para a diminuição de diferenças socioeconômicas entre algumas categorias sociais. Essas políticas estão pautadas na ideia de que, para garantir a igualdade de direitos, é necessária a ação do Estado no sentido de oferecer condições especiais àqueles que, por razões de ordem social, econômica, cultural ou política, estão originalmente em situação desfavorável de competição com outros membros da sociedade. (NEVES; LIMA, 2010, p. 57).

De fato, a noção de justiça social parece ser o argumento que melhor serve para sustentar a adoção de ações afirmativas, tendo em vista o quadro de desigualdades sociais e étnico-raciais no Brasil e a constante pressão dos movimentos sociais na luta por equidade. Nesse sentido, o debate sobre cotas universitárias e a justificação das ações afirmativas é perpassada por uma discussão sobre os critérios de justiça na sociedade contemporânea.

De acordo com Nancy Fraser (2003), as discussões atuais sobre a justiça e a igualdade têm girado em torno destes dois conceitos básicos da filosofia social

moderna: o reconhecimento e a redistribuição. Partindo do pressuposto de que apenas as sociedades igualitárias podem ser consideradas sociedades justas, a questão de fundo deste debate é saber em que medida uma sociedade pode ser considerada igualitária e segundo quais critérios ela é justa.

O debate contemporâneo sobre a justiça social traz em seu bojo a discussão sobre minorias e sobre a teoria do reconhecimento. Com efeito, a emergência da temática das ações afirmativas, no interior de uma teoria de justiça, deve considerar não só o problema do reconhecimento de grupos minoritários na sociedade, mas, sobretudo, repensar mecanismos de redistribuição de renda e de inserção igualitária nas oportunidades de formação e trabalho, no acesso à cultura, ao lazer e ao mundo da vida. Ou seja, condições que favoreçam a formação de uma autoestima positiva, a autorrealização dos sujeitos, além de um tratamento igualitário no convívio social. Afinal, igualdade de direitos implica também igualdade de oportunidades.

Para além dos argumentos elencados pelos opositores da reserva de vagas como política de ação afirmativa nas universidades, com efeito, a preocupação com a questão da efetiva justiça em nossa sociedade tem a ver com o foco de análise abraçado, pois diferentes formas de ver o mundo levam à adoção de posicionamentos divergentes, os quais se traduzem na defesa de políticas públicas e critérios de justiça também diferenciados.

Fato é que “[...] pela primeira vez em sua história, o país assume oficialmente que a democracia racial⁶, o discurso oficial da identidade nacional depois dos anos de 1930, não funciona a contento quando se trata de integrar econômica e socialmente os afro-descendentes”. (NEVES, 2005, p. 89).

Na análise desse autor, a crescente preocupação com a igualdade é o contraponto de uma maior responsabilidade na condução de políticas públicas nessa área. Para o autor, um exemplo dessa transformação é a posição de parte do movimento negro diante da adoção das chamadas políticas afirmativas voltadas para a população negra, que visam a diminuir as desigualdades sociais que separam as populações brancas e não-brancas.

De acordo com Neves (2005), este fato não poderia deixar de despertar vivos debates na imprensa e nos meios políticos do país, alguns criticando as políticas

⁶ A ideia de que somos um país miscigenado e que portanto não há discriminação racial, a partir da descrição contida na obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (2006), de situações de conforto no convívio entre senhores de engenho e seus escravos.

afirmativas por ferirem o princípio da igualdade de todos perante o Estado e a lei, outros as defendendo, com o argumento de que, por vezes, faz-se necessária a implantação de políticas públicas desiguais para promover a igualdade. Nesse debate, o autor alerta quanto ao risco de

[...] vemos o Estado adotar políticas mais diferencialistas do que distributivas. Diferencialistas no sentido de incitarem à reivindicação da diferença, mas sem muita efetividade no combate às desigualdades sociais. Por exemplo, as políticas de cotas nas universidades e nos órgãos públicos se pensadas apenas em termos raciais e não em termos de desigualdade social, garantindo vagas para negros, independentemente de eles serem pobres ou não, correm o risco de, malgrado o incentivo à autoclassificação como negro, favorecer apenas aos membros das classes médias negras, com pouca efetividade em relação aos negros pobres, a grande maioria dos negros e dos pobres do país. (NEVES, 2005, p. 89).

No quadro do procedimentalismo positivista⁷ ou do utilitarismo⁸, pensar em ações afirmativas de grupos minoritários pode implicar um posicionamento contrário aos interesses imediatos da maioria. Por outro lado, um juiz só pode legislar em favor de uma maioria se sua ação estiver em consonância com os direitos humanos fundamentais. A total discricionariedade⁹ poderia ferir os direitos individuais, vistos por Dworkin (2002) como inalienáveis. Para este autor, princípios básicos de justiça devem reger as sociedades democráticas e a liberdade só faz sentido se levar em conta os princípios que a igualdade requer. Assim, ele justifica as ações afirmativas com propriedade, demonstrando a necessidade de ações políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade, ou seja, que a igualdade seja instrumento para o usufruto da liberdade.

Se considerarmos literalmente o princípio constitucional de que “[...] todos são iguais perante a lei”, entenderemos que as ações afirmativas são discriminatórias. Por

⁷ “A justiça procedimental pura é aquela que se refere a um modelo em que [...] se um procedimento for justo, só isto é necessário, para se ter um resultado, também, justo. Nela não há critério independente para o resultado correto: em vez disso, existe um procedimento correto ou justo, de modo que o resultado será também correto e justo se o procedimento tiver sido corretamente aplicado. Portanto, o importante aqui são os procedimentos e não seus resultados.” (GONDIM; RODRIGUES, 2010, p. 464).

⁸ “O Utilitarismo é um tipo de ética normativa – com origem nas obras dos filósofos e economistas ingleses do século XVIII e XIX. Jeremy Bentham e John Stuart Mill, – segundo a qual uma ação é moralmente correta se tende a promover a felicidade e condenável se tende a produzir a infelicidade, considerada não apenas a felicidade do agente da ação mas também a de todos afetados por ela”. (COBRA, 2001, p. 1).

⁹ A noção de discricionariedade é aqui entendida como “um poder judicial, de em determinados casos, o juiz ter liberdade de opção, sempre no interesse objetivo da eficácia da prestação jurídica. A discricionariedade não é o resultado da mera possibilidade de fato da escolha entre duas condutas possíveis. Resulta, isto sim, da possibilidade jurídica da realização dessa escolha, que se revelará ser a mais apropriada aos anseios da Justiça”. (ALMEIDA JÚNIOR, 2005, p. 7).

outro lado, se os operadores do direito não levarem em consideração a existência da desigualdade, eles estarão promovendo uma injustiça. Assim, o direito ao tratamento igualitário deve distinguir igualdade como política de igualdade, e igualdade como direito. Tal meta só pode ser alcançada se houver políticas que levem em conta não apenas a igualdade abstrata, formal. Do ponto de vista da teoria da justiça como teoria de igualdade de Dworkin (2002), para implementar a igualdade é necessário implementar uma política de igualdade.

Em última instância, ao lado do resgate dos direitos legítimos dos negros, a ação afirmativa deveria contribuir para a constituição de uma consciência cívica, voltada para uma prática mais universalista de respeito a direitos, em oposição às práticas clientelistas ou corporativistas – tão sintonizadas com a nossa cultura do favor e do pessoalismo – que sempre favorecem os interesses de grupos particulares em detrimento de uma coletividade mais ampla. (OLIVEIRA, 2002, p. 29).

Gomes (2004) alega que a recente aprovação de projetos de lei, com vistas à introdução de modalidades de ação afirmativa no Direito brasileiro, busca mitigar a desigualdade brasileira e combater a segregação do sistema educacional. Este autor discute a relação entre ação afirmativa e princípio da igualdade, remontando ao surgimento do conceito de igualdade perante a lei enquanto construção jurídico-formal, a partir das experiências revolucionárias dos EUA e da França, e acaba por concluir que na atualidade esse conceito não passa de mera ficção. Para ele, a ideia da igualdade de oportunidades surge da transição da noção de igualdade “estática” ou “formal”, em que todos são iguais perante a lei, para o novo conceito de igualdade “substancial”, em que todos têm o mesmo direito de acesso aos bens e a mesma possibilidade de realização de suas potencialidades. A ideia de igualdade substancial prevê o tratamento uniforme dos indivíduos e, para tanto, pressupõe uma redistribuição de oportunidades, com a proteção dos grupos menos favorecidos. A partir dessa ideia, busca-se combater a discriminação cultural, estrutural, enraizada na sociedade.

Na análise de Neves (2005), os dilemas da luta antirracista são de difícil resolução, no processo de construção de uma nação igualitária e democrática. O autor lembra que as cotas,

[...] elevadas nesses últimos anos no Brasil ao *status* de solução para combater os efeitos sociais do racismo, não demonstraram ainda de maneira efetiva, nos países onde já foram implantadas, ser capazes de combater as desigualdades sociais de forma global e, por conseguinte, de reduzir a pobreza entre os negros e demais grupos subalternos. (NEVES, 2005, p. 90).

O que não reduz o interesse nas políticas de cotas, pois elas estimulam um importante debate sobre as desigualdades sociais de origem racial no país. Todavia, “[...] isso não deveria levar as forças sociais antirracistas a esquecer as reivindicações por políticas públicas que favoreçam o conjunto da população discriminada”. (NEVES, 2005, p. 90). O autor ressalta que o maior dilema do movimento do negro atual é justamente conciliar a busca de identidade com a luta pela igualdade de oportunidades para todos.

Os argumentos contidos nos diferentes autores estudados oferecem subsídios para a discussão das ações afirmativas, como forma de combate às desigualdades raciais no Brasil. Isso, sem desconsiderar a complexidade desse debate e sem negligenciar a emergência de medidas que reparem a exclusão a que foram submetidos os grupos minoritários ao longo da história, devolvendo-lhes o sentido de sua própria identidade em um mundo eminentemente plural.

Um mundo em que a conciliação de direitos é tarefa complexa e em que, portanto, políticas de reconhecimento e redistribuição traduzem a mobilização social para reparar uma história de sofrimento, injustiça, violência e exclusão. Entretanto, para que as ações afirmativas não gerem desigualdades, é preciso considerar critérios de justiça que garantam sua legitimidade pelo corpo social. Mais importante ainda, no âmbito acadêmico, é alimentar e retroalimentar um debate, que está apenas começando.

1.3 A Implantação das Cotas Na UFS

Adotada no Brasil em 2000, com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a política de cotas nas universidades públicas brasileiras tem sido um tema amplamente discutido desde então¹⁰. Na UFS, estas discussões iniciaram-se em 2003, intensificando-se a partir de 2006, e resultando na criação de uma comissão específica para tratar do assunto em 2007¹¹.

¹⁰ O Estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a adotar o sistema de cotas nas universidades. No ano de 2000, por meio da Lei nº 3.524, passou a assegurar 50% das vagas nas universidades do Estado para estudantes oriundos da rede pública estadual ou municipal. Desde então, outras universidades passaram a adotar o sistema de cotas, sendo a UnB a primeira universidade federal a aderir ao sistema, no ano de 2004.

¹¹ UFS aprova política de cotas para vestibular de 2010. Divulgação em: 24 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

Em reunião realizada no dia 13/10/2008, o Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE) da UFS aprovou o Programa de Ações Afirmativas (PAAF) para, entre outras atribuições, instituir a política de cotas na instituição. O primeiro vestibular cotizado foi no primeiro semestre de 2010. A partir de então, 50% das vagas têm sido destinadas a estudantes de escolas públicas. Desse percentual, 70% são reservados aos que se autodeclararem negros, pardos ou índios. Tem sido garantida, também, uma vaga por curso aos portadores de necessidades especiais.

O Programa de Ações Afirmativas, PAAF, foi criado pela Portaria 1110/07. Em conformidade com a portaria, a Comissão do PAAF, responsável pela elaboração de estudos e propostas para a UFS, passou a ser composta por representantes de cada um dos centros, do sindicato dos professores, do sindicato dos funcionários e do DCE, sendo coordenada pelo NEAB. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2008, p. 4).

Marcon (2012) justifica a adoção do programa, ao analisar as distorções sociais no acesso aos cursos ofertados pela instituição, concluindo que uma ínfima minoria de estudantes negros e pobres tinha acesso aos cursos de maior prestígio antes da introdução do vestibular cotizado. Segundo ele, é um programa que se define não só como política de acesso, mas também como política de permanência destes estudantes na universidade.

Ao se debruçar sobre a temática das cotas universitárias e critérios de justiça na percepção do estudantes da UFS, Neves (2011, p. 3) assevera que:

As cotas para afrodescendentes [sic] nas universidades públicas tornaram-se um tema explosivo por colocar em evidência duas questões primordiais na sociedade brasileira: a desigualdade social e a identidade nacional. Ou seja, as cotas não só põem em questão a percepção da justiça em vigor na sociedade como também levam a uma reavaliação da autorrepresentação [sic] de si próprios pelos brasileiros.

Através desta pesquisa, ele formula a hipótese de que as cotas universitárias para afrodescendentes tenham se tornado tão polêmicas por interferir no processo seletivo de uma “[...] instituição que ocupa um lugar simbolicamente importante na reprodução das elites no país. No imaginário nacional, o acesso às universidades é considerado como o principal meio de ascensão social e de obtenção de status de amplos setores da população”. (NEVES, 2011, p. 4).

Quanto aos impactos das cotas na vida dos universitários, Neves (2011) constatou que a tendência para o abandono dos cursos é ligeiramente superior entre os alunos não cotistas. Embora reconheça que ainda há muito que se investigar sobre essa tendência, levanta como primeira hipótese explicativa o fato de que os alunos não

cotistas participaram em maior número de vestibulares concomitantes, alguns dos quais foram aprovados em outras universidades após a matrícula na UFS. Além disso, por possuírem maior poder aquisitivo, esses alunos dispõem de maior liberdade para abandonar cursos que não correspondem às suas expectativas e se prepararem para novos concursos vestibulares.

Outra constatação importante é a de que na maioria dos cursos da UFS não houve grandes disparidades entre as notas obtidas entre cotistas e não cotistas, mesmo em cursos altamente competitivos. De um modo geral, este autor concluiu que o impacto das políticas de ações afirmativas sobre a qualidade do ensino na UFS foi mínimo. Em relação à efetiva democratização de acesso, reconhece a necessidade de outras investigações para verificar se as cotas têm atingido os objetivos que motivaram a sua introdução.

A análise do autor evidencia a ambiguidade inerente a esse debate, que é reforçada pelos que defendem as cotas raciais sem prever critérios sociais preliminares que as viabilizem. Isso cristaliza a oposição entre racial e social, tanto quanto o discurso que desqualifica o critério racial como eixo de políticas públicas.

Um dos efeitos possíveis das cotas tem sido o de potencializar mudanças simbólicas na vida dos estudantes de baixa renda. Algo que, na visão deste autor, traz para o debate sobre as cotas “[...] não apenas o universo interno das universidades, com suas idiossincrasias e tradições, mas também para o universo das relações sociais o cotidiano das populações de baixa renda, público alvo das ações afirmativas na UFS”. (NEVES, 2011, p. 22).

2. O ESTUDO NO CURSO DE MEDICINA

Só foi possível a realização das entrevistas junto aos professores do curso de Medicina após a interferência de profissionais conhecidos, que intermediaram este contato. Mesmo com essa interferência, foram marcantes as dificuldades de acesso ao campo, evidenciando como a questão das cotas é tabu entre professores e alunos do curso de medicina.

No que se refere ao posicionamento dos docentes entrevistados em relação às cotas, 16 (61,44%) posicionaram-se contrários, 6 (23,04%) posicionaram-se a favor, com restrições e 4 (15,36%) posicionaram-se a favor, sem restrições.

Dentre os docentes que manifestaram posição contrária às cotas, o argumento mais presente foi o de que ao invés de instituir cotas, o governo deveria melhorar a qualidade da escola pública, investir na educação básica para que estes estudantes pudessem competir em pé de igualdade com os das particulares. Para estes professores, o sistema de cotas acaba com o ensino superior e desmoraliza o ensino público. Outro argumento recorrente é a defesa da meritocracia. Aqueles que se pronunciaram favoráveis às cotas colocam a necessidade de resgatar uma dívida social e histórica e, portanto, ampliar oportunidades para quem não teve.

Os que se posicionaram contrários às cotas sustentaram o argumento de que as mesmas diminuem a qualidade do ensino, diante do elevado grau de heterogeneidade de desempenho e perfil dos discentes em sala de aula, alegando que isso cria estigmas para o cotista, e gera um sentimento de inferioridade em relação ao não cotista. Há uma concordância entre estes quanto à opinião de que as cotas pioram o ensino, ao nivelá-lo por baixo. Defendem, ainda, a hipótese de que essa discrepância seja menor em Medicina, uma vez que os estudantes tendem a chegar melhor preparados, devido à elevada concorrência.

Para os professores que se manifestaram favoráveis às cotas, não há diferenças significativas em relação à qualidade do ensino e o convívio com as diferenças é visto como uma frutífera possibilidade de amadurecimento interpessoal. Quanto à discriminação, condições de permanência, diferenças de desempenho e perfil do egresso, a maioria dos entrevistados considerou ser muito cedo para avaliar estas questões.

Na visão dos pesquisados, o principal desafio lançado pela implantação das cotas consiste em lidar com a heterogeneidade em sala de aula e, especialmente, promover os processos de adaptação que a universidade tem de fazer, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto do ponto de vista estrutural.

Nas tabelas 1 e 2, constam os resultados da sondagem realizada junto a 68 alunos quanto ao posicionamento em relação às cotas.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS DISCENTES PESQUISADOS POR GRUPO

Grupo	Quantidade	%
Não Cotista	42	61,76
Cotista	26	38,24
Total	68	100

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS DISCENTES PESQUISADOS POR POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO ÀS COTAS

Posicionamento	Quantidade	%
A favor das cotas	35	51,47
Contra as cotas	30	44,12
Indefinido	03	4,41
Total	68	100

Todos os cotistas posicionaram-se favoráveis às cotas, dos não cotistas 30 (44,12%) posicionaram-se contrários às cotas, enquanto 9 (13,24%) demonstraram ser favoráveis e 3 mostraram-se indefinidos (4,41%).

Dentre os discentes entrevistados, aqueles que se posicionaram contrários às cotas apresentaram argumentos de que estas contribuem para aumentar o preconceito e a estigmatização entre os colegas de uma mesma turma e que instituem a desigualdade. Os que se posicionaram favoráveis elegeram como principal argumento o fato de que as cotas constituem uma importante oportunidade de acesso ao ensino superior para estudantes de classes menos abastadas, que até então não conseguiam ingressar nos cursos de maior prestígio da universidade. Em resumo, seria um mecanismo para dar oportunidade a quem não teve esse tipo de acesso.

3. PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR

Quando questionados se a adoção das cotas acarretou mudanças nos processos de organização e condução da sua prática pedagógica, a depender do ponto de vista abraçado, os entrevistados apresentaram diferentes argumentos, ora defendendo a ideia de que nada deve modificar a prática pedagógica, ora defendendo sua constante necessidade de remodelação.

Os professores favoráveis às cotas destacaram a necessidade de adaptações pedagógicas, especialmente em relação aos portadores de deficiência:

*Tem outro componente que vai ser pior, a gente tem cotas para as escolas públicas, mas também a gente tem cotas para deficientes. Eu acho que isso é pesado. Eu acho, por exemplo, que a questão do deficiente físico na escola vai ser um desafio realmente muito grande. A gente quase que se esquece deles, a gente pensa só no cotista da escola pública, mas não, tem o deficiente físico. **Entraram um cego, um surdo e um deficiente físico. Nós temos três alunos que entraram na vaga de deficientes. Então, a gente, daqui a pouquinho, vai ter um desafio que vai ser ensinar medicina a um aluno com limitação.** Isso aí realmente eu não sei qual o resultado disso ainda, eu estou um pouquinho assustado com isso. Assim, não assustado, mas eu diria que um pouquinho angustiada. (Entrevista 10, 24/10/12, grifo nosso).*

Já os professores contrários às cotas alegaram que não mudaram nada em suas práticas e continuam “cobrando” os conteúdos da mesma forma:

O governo teria que investir na base. O que o governo pretende é baratear a mão de obra, para eles não faz diferença se o profissional é mais ou menos qualificado, importa que seja mais barato. Não se preocupa em criar a carreira para o médico, fazer concurso, começar no interior e depois vir para os centros maiores. O que precisa no Brasil é uma carreira médica. A política de inclusão social é uma fachada, dão bolsas e ninguém mais quer trabalhar, o setor público não funciona porque eles burocratizam demais. (Entrevista 22, 31/10/12).

Quando indagados sobre as condições de permanência dos cotistas na universidade, entre os pesquisados, a resposta mais recorrente foi a de que ainda é muito cedo para avaliar esta questão.

Os entrevistados que se manifestaram contrários às cotas criticaram um possível congestionamento na universidade, diante das reprovações e desistências; defenderam a tese de que há diferenças significativas de desempenho entre cotistas e não cotistas. Para estes pesquisados, alunos imaturos para a profissão médica terão uma prática profissional inadequada. Acreditam que a quantidade de cotistas não bons é maior que os bons, mas reafirmam que não procuram saber quem é quem.

Já os entrevistados favoráveis às cotas, apontaram reconhecer uma preocupação dos gestores da universidade nesse ponto, citaram o a existência de concessão de 20% de bônus de vantagem para os estudantes cotistas no PIIC, mas defendem que em geral estes alunos estão indo bem e são mais esforçados do que os não-cotistas. Alegam que os alunos chegam com limitações importantes, em geral, não só pelas cotas.

Quando questionados se no processo de aprendizagem, há **diferenças de desempenho entre cotistas e não-cotistas**, as opiniões variaram novamente, dividindo opiniões dos defensores das cotas, de um lado, defendendo que o desempenho permanece o mesmo, e seus opositores, de outro, alegando que o desempenho discente

piora substancialmente após as cotas, ainda que as pesquisas estatísticas realizadas até então corroborem a primeira hipótese:

Alguns professores têm revelado que não. Outros têm colocado uma pequena diferença na base mesmo. Eles têm um pouco mais de dificuldade com a língua, um pouco mais de dificuldade na escrita, mas todos os alunos têm. Eu acho que hoje em dia, todos têm uma dificuldade de escrever. A dificuldade é geral. Eu não acredito que isso seja algo localizado não. Por exemplo, eu tenho alunos que vieram de boas escolas e que têm uma dificuldade muito grande de escrever um texto. Talvez, o momento onde eles mais sofrem é na hora do Trabalho de Conclusão de Curso, o sofrimento é nítido, é muito grande e isso mostra que é difícil. Eu sei que é difícil, escrever não é fácil. Mas o sofrimento deles seria muito menor se eles tivessem um pouco mais de base na escola, que eu não tenho certeza se as escolas privadas estão tão adequadas assim, se elas são nosso padrão ouro em relação a quem está entrando. Eu acho que a gente tem um grupo de alunos que são bons, são os melhores, agora eles tem limitações importantes. (Entrevista 10, 24/10/12, grifos nossos)

Quando perguntados sobre os principais desafios lançados pela implantação das cotas, em face da sua atuação pedagógica, os argumentos mais recorrentes apresentados pelos pesquisados foram: a heterogeneidade de perfis numa mesma turma, a inexistência de recursos para desenvolver um trabalho específico com os cotistas, especialmente os portadores de deficiência, aumento de reprovações e desistências bem como a adequação estrutural e pedagógica da universidade.

Para os opositores das cotas, o maior desafio é o tipo de aluno que chega à universidade. E, diante desse perfil, fazer com que todos consigam ficar no mesmo nível.

Já os entrevistados que se manifestaram favoráveis às cotas, alegaram que um dos maiores desafios é não deixar que estes “alunos sejam tragados pelo sistema”, além disso, trabalhar sem discriminar, remodelar os métodos de ensino para que eles possam superar um possível *déficit* de conhecimentos básicos e linguísticos.

Eu acho que é não deixar que esses alunos sejam tragados pelo sistema. É, eu acho que existe uma responsabilidade nossa. A universidade pública tem uma responsabilidade social muito grande. E maior que a privada! Então, a gente precisa fazer com que esses alunos percebam que o que eles estão recebendo aqui é um esforço da sociedade para eles e eles não podem simplesmente sair dando as costas para essa sociedade. Então, eles precisam estar conscientes de que em algum momento eles vão precisar interagir com ela de uma forma responsável, e eu acho que esses cotistas têm uma responsabilidade maior ainda, entendeu? Se todos têm, eles precisam ter uma responsabilidade maior ainda, porque o esforço foi muito maior com eles. Na condução da chefia, em termos de desafios, eu ressalto principalmente os deficientes. O desafio de lidar com eles vai ser muito grande, porque estruturalmente nós não estamos

preparados para receber esse tipo de paciente (perdão, esse tipo de aluno) e nós não estamos pedagogicamente também preparados, ninguém está, mas a gente não tem a luz no fim do túnel. Eu acho que vai ser importante, de alguma forma, a gente estabelecer uma luz no fim do túnel, para que os professores, embora, com desafios, angustiados e despreparados saibam que direção seguir, porque isso a gente não tem ainda. Talvez nosso principal desafio seja esse. Mas quanto aos cotistas sem deficiência, eu acho que não vai ter nenhum problema, acho que vai ser deixar rolar e ver o problema que surgir e a gente resolve no caminho. (Entrevista 10, 24/10/12, grifo nosso).

O relato enfatiza a importância de uma contrapartida dos cotistas em relação ao investimento que está sendo feito neles, advertindo quanto às responsabilidades recíprocas destes para com a universidade e a sociedade. Por outro lado, o entrevistado destaca o desafio de trabalhar com os deficientes, uma vez que a universidade não está preparada, tanto do ponto de vista estrutural, quanto pedagógico, e isso vai requerer todo um processo de adequação, que até então, ainda não ocorreu. Segue outro relato neste sentido:

É difícil ter uma noção, a gente não sabe ainda o quanto isso está causando de impacto entre o ensino e a aprendizagem. O que a gente sabe até agora é se passam ou não passam, mais uma questão de nota. Não há uma política de acompanhamento da parte pedagógica para ver se esses alunos estão tendo dificuldades. Esse é o problema da cota, não levanta as dificuldades que eles estão tendo em relação a vocabulário, aprendizado, questões financeiras, acesso a materiais didáticos. Teria que ter uma política de conhecimento desses alunos. Os alunos não sabem nem porque estão no curso. Falta uma reflexão maior de professores, gestores e alunos em relação ao que está acontecendo em geral. Não só as cotas. Falando em números e esquecendo de pensar sobre o aluno. É legítimo o resgate histórico, é importante, mas não é desse jeito que se vai fazer isso. Não é baixando uma portaria que determina que 50% tem que entrar. Não sou pedagogo, nem educador, mas é uma opinião própria, uma percepção pessoal, minha! (Entrevista 25, 31/10/12, grifos nossos)

De um modo geral, tanto os entrevistados que se mostraram contrários às cotas, quanto aqueles que se identificaram como favoráveis, concordam quanto ao fato de que os outros cursos têm mais problemas do ponto de vista pedagógico, já que como Medicina é o curso mais concorrido, tendem a entrar os melhores alunos, tanto das escolas públicas quanto das privadas.

Foram apontadas algumas estratégias de enfrentamento em face dos desafios lançados pelo sistema de cotas: adaptação dos professores, programas de recuperação, melhoria dos investimentos em recursos audiovisuais, adequação estrutural do campus, programas de monitoria/tutoria. Para os defensores das cotas, é necessário mostrar a responsabilidade social que os cotistas devem ter para com a universidade e a

sociedade; listar a antecipar os problemas, tentar discutir a saúde do ponto de vista social, conferir um tratamento igualitário aos estudantes.

A primeira estratégia, ao reconhecer que existe um grupo de alunos que tem dificuldade: tenho tentado suplantar isso com recursos audiovisuais. Para que os alunos possam ver mais, do que apenas falar e ouvir. O nível inicial é mais baixo. (Entrevista 9, 22/10/12)

Eu tenho dez monitores, procuro utilizá-los para tutoria. São sessenta alunos, seis alunos por monitor. Isso ajuda com que eles fiquem mais próximos um do outro e melhorem no curso, tiram dúvidas, estudam para a prova. São estudantes de turmas mais adiantadas, que fazem seleção para esse tipo de monitoria. [...] (Entrevista 12, 24/10/12).

Novamente, a ideia da adequação estrutural e pedagógica da UFS é retomada pelos pesquisados, que criticam o fato de ela ainda não ter acontecido, ao mesmo tempo em que advertem sobre a urgência da adoção de um conjunto de medidas com esta finalidade: listar os problemas, promover a adequação estrutural da universidade, discutir a saúde do ponto de vista social (o que deveria ser estendido a todas as demais áreas), repensar a organização do curso por uma visão inter-multi-transdisciplinar, repensar os mecanismos de inserção dos professores no curso, problematizar o convívio democrático e a aceitação das diferenças.

Eu acho que a gente precisa listar e antecipar os problemas para que a gente monte as estratégias. O primeiro deles é a adequação estrutural do nosso Campus. Existe uma discussão na reitoria quanto a isso, mas ela não chegou até nós e eu acho que não se fez uma discussão democrática sobre isso ainda. Então ninguém chegou, sentou e perguntou: bom, mas o que é que precisa ser feito? Onde é o gargalo? Onde é que é a dificuldade? Mostre-me como é que se faz ou como isso pode ser feito. Então, embora exista uma discussão muito da reitoria, e a gente ouve falar sobre isso, inclusive verba destinada à adequação do Campus para a deficiência física, isso estabelecido por lei inclusive, mas a gente nunca fez uma discussão sobre isso, séria. (Entrevista 10, 24/10/12, grifo nosso).

Os trechos destacados a seguir nos fazem entrever a dimensão pedagógica do trabalho em sala de aula, que constantemente conclama os profissionais a revisarem seus métodos de ensino, no sentido de alcançar maior efetividade em suas práticas. Em várias falas, surge essa necessidade premente de uma reflexão radical e de conjunto sobre as mudanças por que passa o ensino superior, de modo geral, e de modo mais restrito, a discussão sobre as cotas. Pensar sobre os modos de ensinar e pensar isso coletivamente, junto com os demais integrantes da comunidade acadêmica, trabalhar com a “singularização das demandas”, como sinalizam os relatos dos pesquisados

abaixo, são formas de lidar com as mudanças interpostas pela nova configuração da universidade, após a introdução do sistema de cotas.

Pular etapas é como construir a casa pelo teto. A resolução de todo o problema seria oportunizar para cada um, um melhor ensino básico, para que eles pudessem chegar com um nível melhor. São preparados para decorar situações que não tem tanto a ver só para passar no vestibular. Sem saber refletir. Nós professores devemos pensar maneiras diferentes de ensinar. Não sei se esse jeito de ensinar é o melhor. Professores, gestores e alunos precisariam refletir mais. Será que o aluno está preparado para ler, isso envolve uma discussão muito grande, não dá para saber hoje o que é melhor, é preciso uma reflexão para ver onde cada um está errando. Que está passando por um processo de mudança, está. Cabe ao professor sair do estado de inércia. Será que a cota é o problema? Ou o jeito que a gente ensina? Ou o jeito que o aluno chega? (Entrevista 25, 31/10/12, grifos nossos)

Já os opositores das cotas criticam o fato de que, para os cotistas faltam outras atribuições necessárias ao desempenho da função médica, que a universidade tem privilegiado a quantidade e descuidado da qualidade. Para estes entrevistados, há um descompromisso da UFS com a formação individual do seu graduado. Alertam para o fato de que a imprecisão em Medicina é inadmissível, pois é uma área em que se lida com vidas, por isso cabe manter o máximo rigor, num nível igual, para todos os alunos, independentemente de serem cotistas ou não cotistas.

***Que a universidade faça uma autoavaliação do ensino e dos professores, uma análise, no sentido de estudar possibilidades de ensino para eles, para o grupo e para a UFS em geral, semestralmente, anualmente. Uma avaliação em que eles pudessem apontar as dificuldades e que a universidade pudesse se preparar para solucioná-las ou amenizá-las, pelo menos as que vão surgir e a universidade poderia se preparar melhor nesse sentido.** (Entrevista 8, 22/10/12, grifo nosso).*

Quanto às **condições do egresso**, os professores foram questionados se tem sido possível favorecer nos alunos cotistas, processos que possibilitem a aquisição de saberes/habilidades compatíveis com as demandas e responsabilidades inerentes à atuação profissional do curso em que se encontram.

Os entrevistados favoráveis às cotas alegaram que acreditam que os cotistas não vão ter problemas neste sentido:

*Eu não acredito que eles vão sair profissionais piores do que os não cotistas. Primeiro que eles estão sendo selecionados. Eles são os melhores das pessoas que estão saindo das escolas públicas. Então, eles têm capacidade e responsabilidade de lidar com o aprendizado. Então, eu não acredito que eles vão ter problemas. Agora por outro lado, eu acho que **nós precisamos, como escola, como grupo, a gente precisa se organizar para construir um ambiente em que a gente consiga mostrar pra eles a responsabilidade social que eles tem, a responsabilidade social que qualquer médico deve ter, que qualquer profissional de saúde deve ter e eles mais ainda por estarem vindo de uma escola [...] pública.** (Entrevista 10, 24/10/12, grifo nosso).*

Já os que se posicionaram contrários às cotas alegam que o desempenho tende a ser inferior pela defasagem de base, e não necessariamente pela ausência de condições específicas, como se pode observar neste relato:

Nosso objetivo é tentar que eles saiam tão bem quanto os outros. Vontade para isso, todos tem! A motivação e o desejo de ser médico e de ser bom médico, isso é igual em todas as turmas, mas a base para isso é que não é igual. (Entrevista 3, 19/10/12).

Este relato parece apontar um indício de mudança na prática pedagógica, ou seja, se a vontade de ser médico é igual mas a base para isso é diferente, torna-se necessário adotar medidas pedagógicas no sentido de equalizar as oportunidades de aprendizagem para alunos que apresentam condições diferenciadas nesse processo. Entretanto, nem todos os pesquisados concordam quanto ao fato de que isso é possível, como se pode constatar nos trechos abaixo:

Os normais não estão bem. Imagine os cotistas! Estão chegando mais fracos e infantilizados. Educação familiar, ensino defasado, problemas de linguagem. Acho que vão sofrer. Antigamente, era um critério de seleção das públicas: absorver os melhores alunos. Vai piorar o ensino superior, não ter um rigor pedagógico. Sem uma análise crítica da pedagogia, para ver o que está certo ou errado. (Entrevista 6, 22/10/12, grifo nosso)

Acredito que sim. A impressão que me dá é que não vou precisar mudar muita coisa. Do meio pro fim eles vão estar totalmente nivelados! Talvez a gente tenha um grupo com mais sensibilidade, por serem cotistas, em relação aos problemas dos seres humanos, mais do que os outros, que tiveram acesso mais facilitado a tudo, sem ter que fazer tanto esforço. O cúmulo da discriminação é pensar que esses estudantes seriam melhores para o PSF. É o que se ouve, é o cúmulo da discriminação. Cotas já é uma discriminação, mas o cúmulo da discriminação seria pensar isso. (Entrevista 16, 19/10/12, grifo nosso)

De um modo geral, os entrevistados consideraram cedo para avaliar as condições do egresso, uma vez que ainda faltam três anos¹² para a primeira turma se formar e mesmo após a formatura, leva um tempo para que um efetivo programa de acompanhamento possa avaliar as suas condições de atuação profissional.

A maioria dos professores contrários às cotas recusou-se a manifestar qualquer sugestão de melhoria em relação ao sistema, chegando um entrevistado a afirmar que sua única sugestão seria a de se revogar a lei que instituiu as cotas. De um modo geral, estes entrevistados ressentem-se pela falta de uma discussão ampla e por mais tempo, antes da implantação do sistema. Foram apontadas como possíveis alternativas às cotas:

¹² Estimativa referente a 2012-2, semestre letivo que abrangeu o período de coleta dos dados.

estabelecimento de bônus no lugar de cotas, mudança na forma de ingresso na universidade.

Não tem sugestão. O governo deve trabalhar mais o ensino público. Pode até ter cotas, mas que o aluno que aqui chegue, chegue preparado. Daqui a pouco, vamos querer cotas pros louros, pros cabeludos etc. (Entrevista 2, 19/10/12).

Os professores, favoráveis às cotas, listaram como possibilidades de melhoria: acoplar uma facilidade audiovisual ao projeto pedagógico, ampliar o aparato de recursos técnicos, institucionalização de programas de apoio, adaptação curricular e pedagógica, preparo do professor para receber esse tipo de aluno, cursos de reforço de português, de matemática e conhecimentos básicos.

Para melhorar, as universidades devem acoplar a seu projeto pedagógico uma facilidade audiovisual, com um maior aparato de recursos técnicos que incentivem o aluno a não desistir. Quanto aos que não querem, não tem recurso técnico que resolva. (Entrevista 9, 22/10/12).

A apreciação dos dados apresentados neste item permite algumas inferências de caráter geral. Dentre os que manifestaram posição contrária às cotas, o argumento mais presente foi o de que ao invés de instituir cotas, o governo deveria melhorar a qualidade da escola pública, investir na educação básica para que estes estudantes pudessem competir em pé de igualdade com os das particulares. Para estes professores, o sistema de cotas repercute negativamente sobre a qualidade do ensino superior e desmoraliza o ensino público. Outro argumento recorrente é a defesa da meritocracia. Aqueles que se pronunciaram favoráveis às cotas defendem a necessidade de resgatar uma dívida social e histórica e, portanto, ampliar oportunidades para quem não teve.

Os que se posicionaram contrários às cotas, sustentaram o argumento de que as mesmas diminuem a qualidade do ensino, diante do elevado grau de heterogeneidade de desempenho e perfil dos discentes em sala de aula, alegando que isso cria estigmas para o cotista, e gera um sentimento de inferioridade em relação ao não cotista. Há uma concordância consensual entre estes quanto à opinião de que as cotas pioram o ensino, ao nivelá-lo por baixo. Defendem, ainda, a hipótese de que essa discrepância seja menor em Medicina, uma vez que os estudantes tendem a chegar melhor preparados, devido à elevada concorrência.

Para os professores que se manifestaram favoráveis às cotas, não há diferenças significativas em relação à qualidade do ensino e o convívio com as diferenças é visto como uma frutífera possibilidade de amadurecimento interpessoal. Quanto à discriminação, condições de permanência, diferenças de desempenho e perfil do

egresso, a maioria dos entrevistados, tanto favoráveis quanto contrários às cotas, considerou ser muito cedo para avaliar estas questões.

Na visão dos pesquisados, o principal desafio lançado pela implantação das cotas consiste em lidar com a heterogeneidade em sala de aula e, especialmente, promover os processos de adaptação que a universidade tem de fazer, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto do ponto de vista estrutural.

No percurso do processo de coleta dos dados, três características foram dignas de nota. Primeiro, o desconhecimento, por parte dos pesquisados, de que o sistema de cotas na UFS tem prazo de duração preestabelecido. Apenas um dos entrevistados sabia disso. Em segundo lugar, a falta de certeza se já haviam lecionado para cotistas ou não: dois professores ministraram aulas para turmas de cotistas e não sabiam; outro entrevistado citou que havia lecionado para apenas dois cotistas, desconhecendo que a turma que lecionava em 2012-1 era exatamente a primeira turma de cotistas, ou seja, 50% da turma eram de cotistas. Por último, a presença de chistes de linguagem nas falas de alguns entrevistados, como por exemplo: “discriminalização” no lugar de discriminação ou, “paciente” no lugar de discente, como se as cotas estivessem implicitamente associadas a uma ideia de ilegitimidade da medida ou incapacidade do beneficiário.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Enquanto espaço de mediação e produção de sentidos, a prática pedagógica se desenrola em ambientes de convivência plural, em que a aceitação das diferenças é fundamental para o favorecimento de aprendizagens significativas. Ambientes em que as experiências de vida dos diferentes sujeitos devem ser valorizadas e os saberes prévios constituídos a partir dessas experiências devem ser reconhecidos e aproveitados como elos necessários à aquisição de novos saberes.

De fato, numa sociedade eminentemente seletiva e excludente, permeada pelo ideário da meritocracia, a implantação de cotas desperta fortes resistências e lança também desafios para a comunidade acadêmica, no sentido de repensar suas próprias práticas educativas. Daí a iniciativa de pesquisar em que medida a adoção do sistema de cotas interfere na prática pedagógica que se desenrola na instituição.

Esperamos que essa discussão, crucial ao saber-fazer docente, possa servir de estímulo para a superação de possíveis dificuldades enfrentadas no cotidiano da sala de aula, relativas aos processos identitários, intelectuais e relacionais, dos estudantes recém “inseridos” na universidade, em face da implantação do sistema de cotas, para que a sua inserção na universidade ocorra de forma efetiva e significativa.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, Isabel Maria da. Ensino como mediação da formação do professor universitário. In: MOROSINI, Marília da Costa (Org.) *Professor do ensino superior: identidade, docência e formação*. 2. ed. ampl. Brasília, DF: Plano Editora, 2001. p. 79-92.
- DWORKIN, Ronald. *Levando os Direitos a Sério*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002.
- FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. *Retribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. Londres e Nova York: Verso, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo, SP: Global Editora, 2006.
- GIROUX, Henry; McLAREN, Peter. Formação do professor como uma contra-esfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 10. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008. p. 125-151. 154 p.
- GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003. (Col. Políticas da cor). p. 16-57.
- MASETTO, Marcos Tarciso. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo, SP: Summus, 2003. 194 p.
- NEVES, Paulo Sérgio da Costa. O contexto de emergência e de consolidação das políticas afirmativas na Universidade Federal de Sergipe. In: MARCON, Frank; SUBRINHO, Josué Modesto de Passos. *Ações afirmativas e políticas inclusivas no ensino superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2010. p. 18-36.
- NEVES, Paulo Sérgio da Costa; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. In: MARCON, Frank; SUBRINHO, Josué Modesto de Passos. *Ações afirmativas e políticas inclusivas no ensino superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2010. p. 57-100.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. *Direito legal e insulto moral*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2002.

SILVA, Luiz Fernando Martins da. Ação afirmativa e cotas para afrodescendentes: algumas considerações jurídicas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003. (Col. Políticas da cor). p. 59-73.

REFERÊNCIAS DIGITAIS

ALMEIDA JUNIOR, Jesualdo Eduardo. Discricionarietà Jurídica. *Âmbito Jurídico*, nº 23, Ano VIII, nov. 2005. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=282>. Acesso em: 14 jan. 2013.

BELISÁRIO, Aluizio. *Cotas nas universidades públicas: um debate necessário*. Atualidades em Educação. Instituto de Pesquisas e Administração da Educação. Rio de Janeiro. Ano 23–143. jul./ago, 2011. p. 17-18. Disponível em: <<http://www.ipae.com.br/pub/pt/re/ae/143/143.pdf>>. Acesso em; 20 jan. 2013.

COBRA, Rubem Queiroz. *Temas de Filosofia*. Brasília, 2001. Disponível em: <www.cobra.pages.nom.br>. Acesso em: jan. 2013.

GONDIM, Elnora; MARRA RODRIGUES, Osvaldino. Posição original: um recurso procedimental justo. *Prisma Jur.*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 446-465, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/934/93418042011.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

MARCON, Frank. *Raça, sociedade e as distorções no acesso ao ensino público Superior em Sergipe*. Disponível em: <http://www.ccv.ufs.br/ccv/concursos/pss2010/paaf/files/artigo_raca_sociedade.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2012.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Cotas universitárias e critérios de justiça: a percepção de estudantes universitários. In: 35º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2011, Caxambu, MG. GT30. *Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas*. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=94>. Acesso em: 24 out. 2011.

_____. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 81-168, out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a06v2059.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Programa de ações afirmativas da Universidade Federal de Sergipe – PAAF*, março de 2008. Disponível em:

<<http://www.ccv.ufs.br/ccv/concursos/pss2010/paf/index.html>>. Acesso em: 04 abr. 2012.